

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS / ILEGAIS, CONFORME DENÚNCIA PÚBLICA NA REVISTA “VEJA”, EDIÇÃO 2022, Nº 33, DE 22 DE AGOSTO DE 2007. (CPI – ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS)**

**REQUERIMENTO Nº            DE 2008.**

**(Deputado Carlos Willian)**

**Requer a esta Comissão, informações junto a ANATEL, sobre equipamentos Nacionais ou Importados para Escutas Telefônicas.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e o art. 2º da Lei nº 1.579 de 1952, combinado com o inciso II do art. 36 do Regimento Interno, que seja expedido ofício ao Presidente da ANATEL, para que este informe a esta Comissão no prazo de 48 horas, os seguintes Itens Abaixo:

- 1- Quais os aparelhos e equipamentos nacionais e importados, alugados ou comprados por empresas Públicas ou Privadas, usados para fazer grampos telefônicos, que estão devidamente registrados na ANATEL.
- 2- Quais os equipamentos com seus respectivos MODELOS nacionais e importados, o nome de seus fabricantes, que estejam homologados, autorizados e funcionando pela ANATEL.
- 3- Requeiro as mesmas informações conforme os itens 1 e 2, para os aparelhos e equipamentos de escutas ambiental.

**JUSTIFICATIVA**

De acordo com a Lei Nº 9.472, art.22, de 16 de julho de 1997, a ANATEL, aprova, regulamenta, homologa e licencia os produtos de Comunicação, portanto venho solicitar à Vossa Excelência Senhor Presidente, para efeito de conhecimento técnico

a esta Comissão e aos Nobres Pares, todas as informações desses produtos utilizados nas interceptações clandestinas dessas empresas de Comunicação junto a ANATEL.

**Sala de Reuniões, em            de Outubro de 2008.**

**Deputado CARLOS WILLIAN.**